



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

ATA DO 83º ENCONTRO DE PRESIDENTES

PRESIDÊNCIA: Des. **MARCUS ANTÔNIO DE SOUZA FAVER;**

DATA DA ABERTURA: 20/05/2010.

DATA DO ENCERRAMENTO: 22/05/2010.

A abertura dos trabalhos foi realizada no Centro de Convenções do Hotel Ouro Minas, na capital Belo Horizonte, com as presenças de Presidentes de 24 Tribunais Estaduais brasileiros, como consta na lista de presença anexada.

Compuseram a mesa de honra o Presidente do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, Desembargador Marcus Faver; o Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador Sérgio Resende; a Secretária Extraordinária para Assuntos Institucionais do Governo, Maria Coeli Simões Pires, representando o Governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Augusto Anastasia; o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; o Presidente eleito do TJMG, Cláudio Costa; os Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, Milton Augusto de Brito Nobre e Nelson Tomaz Braga; o Presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, Juiz Jadir Silva; e a Procuradora de Justiça Gisela Potério Santos Saldanha, representando o Procurador-Geral de Justiça, Alceu José Torres Marques.

Presentes, ainda, o Desembargador Paulo Roberto Sifuentes Costa, representando o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MG),

Eduardo Augusto Lobato; a Desembargadora da 3ª Câmara Cível do TJMG, Albergaria Costa; o Juiz e Coordenador da Central de Conciliação de Precatórios do TJMG, Ramom Tácio de Oliveira; e o Juiz titular da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, Luís Martius Holanda Bezerra Júnior.

Os trabalhos foram iniciados com as boas-vindas apresentadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador Sérgio Resende, dizendo-se honrado com a presença de todos os Magistrados e desejando um encontro proveitoso. Em seguida, o Presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, Desembargador Marcus Faver, enfatizou que tanto a sociedade quanto a Justiça brasileira atravessam um momento de crise. Ele atribui à falta de ética uma das causas da indignação da sociedade para com seus representantes no Poder.

O Desembargador Marcus Faver citou dois desvios que considera uma espécie de “câncer” das instituições: arbitrariedade e corrupção. Segundo ele, “a arbitrariedade consiste no exercício do poder sem a observação de limites e sem permissão legal. São ações que visam a atender a própria vaidade, vantagens pessoais ou até de terceiros. Já a corrupção é um delito pior, pois são ações acobertadas por atos aparentemente corretos, mas no fundo encobrem favorecimentos próprios”. Ao finalizar, o Desembargador sustentou que vivemos um momento de reflexão e a sociedade espera que o homem mude o seu comportamento, pautando-se na moralidade e na ética. “Só assim teremos credibilidade em nossas ações”, concluiu.

Em seguida, a Secretária Extraordinária para Assuntos Institucionais do Governo, Maria Coeli Simões Pires, enfatizou que não se pode impor aos três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, uma postura de alinhamento, mas de parceria ou complemento. Na oportunidade, ela frisou que o Estado ao priorizar o equilíbrio orçamentário, com redução de custeio e qualificação de pessoal, aposta na importância da gestão moderna para busca da transformação social.

Ainda dentro da abertura do encontro, o Desembargador mineiro Fernandes Filho, Membro da Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes, foi homenageado com a outorga de uma placa comemorativa. A homenagem foi conduzida pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador Sérgio Resende, e pelo Membro da Comissão Executiva do Colégio, Desembargador Robério Nunes dos Anjos, que ressaltou a cultura humanística, jurídica, ética e pragmática do homenageado, tendo-o como um sinônimo de realizações e que, “apesar dos sacrifícios pessoais nunca se curvou às adversidades”. O Desembargador Fernandes Filho agradeceu a homenagem e foi aplaudido de pé pelos presentes.

No primeiro dia dos trabalhos, o Desembargador Marcus Faver solicitou uma breve apresentação de todos, devido haver muitos Presidentes que estão pela primeira vez em um Encontro do Colégio. Em seguida, o Conselheiro Milton Nobre, do Conselho Nacional de Justiça, apresentou algumas considerações sobre as atividades interinstitucionais do órgão. Entre elas, está a intenção do CNJ de fazer reuniões com representantes de todos os Tribunais para elencar demandas comuns e propor ações que otimizem os recursos visando manter satisfatória a estrutura do Poder Judiciário. Segundo ele, o Poder Judiciário tem de administrar os recursos de que dispõe como se estivesse no segmento empresarial. Este trabalho será realizado pela Comissão de Relacionamento e Comunicação, da qual o Conselheiro Milton Nobre é Presidente. O Conselheiro enfatizou que os Tribunais não são iguais, sugerindo a necessidade de criação de modelos específicos para aqueles com estrutura grande, média e pequena, e assim, uma vez nivelados de acordo com o perfil de cada um, pode esperar o mesmo resultado de desempenho de todos. Milton Nobre justificou a ausência do Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Cezar Peluso, que precisou se fazer presente num evento em Portugal. Quanto à atuação do CNJ, o Conselheiro comentou que às vezes são necessárias ações firmes para corrigir possíveis distorções e caso, haja

excessos, as resoluções ou medidas podem ser questionadas no Supremo Tribunal Federal.

O Conselheiro Nelson Tomaz Braga falou sobre a logística dos próximos encontros com todos os Presidentes de Tribunais. "O objetivo é que todos caminhem num único passo. A orientação foi determinada pelo Presidente do CNJ, Ministro Cezar Peluso". Nesse sentido, serão realizadas reuniões setoriais com Presidentes dos Tribunais de Justiça, do Trabalho, Eleitoral, Federal, mais segmentos do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública. Em outro momento, representantes dos servidores serão também ouvidos. As primeiras reuniões serão realizadas nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ao final, o Presidente da Comissão Executiva do Colégio, Marcus Faver, ressaltou que o importante é a união de todos Magistrados para que conquistas e reivindicações sejam alcançadas.

O segundo momento da manhã foi composto pela palestra do Juiz Luís Martius Holanda Bezerra Júnior, titular da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, com o tema "Justiça em Execução". Ele sustentou a importância de o Poder Judiciário ter controle do número de presos condenados e daqueles em regime provisório para acompanhamento. Dessa forma os Magistrados teriam instrumentos para a gestão da execução da pena. Em Brasília, o Juiz esclareceu que tem à sua disposição um sistema que gerencia informações como a do tempo de cumprimento de pena atualizado diariamente, aqueles que cumprem restrições de direito de liberdade, livramento condicional, expedição do alvará de soltura eletrônico, entre outros. Pelo SISTJWEB, é possível levantar o perfil de cada apenado para traçar políticas efetivas de segurança pública e ações que visem à inclusão do apenado na sociedade.

O sistema, segundo o juiz, interage com o mantido pelo Estado. Há informações úteis também para Advogados e Ministério Público. Há uma tela de consulta para o público externo, que indica, por exemplo, os dias e horas de visita. Nas unidades prisionais, os próprios presos podem retirar,

em totens de autoatendimento, extratos com o tempo de pena cumprida, regime cumprido e tempo que falta para cumprimento. Os atos processuais são executados digitalmente no SISTJWEB, o que facilita o acesso a dados e permite que qualquer documento seja emitido na hora. O Juiz Martius Holanda falou da experiência vista por ele no Estado de Sergipe onde pôde avaliar uma iniciativa desenvolvida por aquele TJ. Ao final, o Des. Marcus Faver comentou que os Tribunais de Justiça do Distrito Federal e Territórios e de Sergipe colocaram à disposição dos demais tribunais informações sobre os sistemas desenvolvidos por eles na área de Execução Penal. O Presidente Otávio Augusto, do TJDF, complementou dizendo que em Brasília, há anos, não há presos provisórios em delegacias, meta que o CNJ deseja a todos os Estados. Representando o Presidente do TJSE no evento, a Desa. Marilza Maynard também colocou à disposição dos tribunais o sistema sergipano que monitora o cumprimento das medidas e penas alternativas.

Após o almoço, o Juiz Ramom Tácio de Oliveira, da Central de Conciliação de Precatórios do TJMG, proferiu palestra com o tema "Conciliação em Precatórios: Emenda 62, implementação e responsabilidade". Como assinalou o Juiz, conciliar o pagamento de precatórios, há pouco tempo, era considerado algo impossível, mas, depois da chamada Emenda de número sessenta e dois, muito se conquistou. A Emenda trouxe inovações, apesar de mantidas as divisões de precatórios alimentares e comuns e as obrigações de pagamento daqueles de pequeno valor. Foi necessário criar uma cronologia para o pagamento, dividido em três tipos: a alimentar especial e alimentar geral e os precatórios comuns. O Juiz apresentou alguns dados alcançados pela Central em Minas Gerais. Foram economizados cerca de 1,8 bilhão de reais em pouco mais de dois anos e foram quitadas dívidas do Estado e de sua administração indireta em valores próximos de 2,7 bilhões de reais, compreendendo vinte e cinco órgãos da administração direta e indireta. O Juiz Ramom Tácio observou que houve correção de inúmeros erros materiais, uniformização de procedimentos, o fim dos intermináveis

recursos, a diminuição dos pedidos de intervenção, o sucesso das conciliações itinerantes, a celeridade nos pagamentos e a inibição do mercado paralelo de precatórios. O Juiz apresentou algumas curiosidades, como a redução de um precatório de 28 bilhões de reais para 17,4 bilhões; outro, de 17 milhões de reais para 1,9 milhão de reais; e um de 5 milhões para 80 mil reais.

Ao final da palestra, Marcus Faver elogiou o trabalho realizado pela Central de Precatórios do TJMG e comentou que esse tema aflige todos os tribunais. “O trabalho realizado em Minas Gerais tem acelerado o pagamento desses débitos, que oneram o Judiciário. É importante que os Presidentes busquem fórmulas para conciliar. Até mesmo erros em precatórios podem ser sanados. O tema ‘precatórios’ contribui para manchar a imagem do Judiciário. Assim, quando números positivos são alcançados, a sociedade tende a perceber que medidas têm sido tomadas para que quem seja credor receba seus débitos”, concluiu. Representando o Tribunal de Justiça de São Paulo, o Des. Luís Antônio Ganzerla, pediu a palavra para dizer que, no tribunal paulista, foi designado um Desembargador para estar à frente das atividades sobre precatórios, abrangendo também a conciliação. Na sequência, o Presidente do TJ amazonense, Des. João de Jesus Abadla Simões, solicitou a palavra para falar de sua preocupação com a quebra da ordem de pagamento diante dos acordos alcançados. Sobre isso, o Juiz Ramon Tácio esclareceu que o pagamento deve seguir a ordem rigorosamente, não podendo ser de outra forma. Acolhendo sugestão, o Des. Marcus Faver disse que o Colégio de Presidentes poderia coordenar um seminário com os tribunais para aprofundar o tema de precatórios. O Juiz Ramon Tácio disse que os tribunais precisam se adequar ao Regime Especial ou às novas regras da Emenda Constitucional, sob pena de responsabilidade dos Presidentes. A Desa. Marilza Maynard solicitou a palavra para informar a todos que os Projetos apresentados no encontro estarão disponíveis no Portal do Colégio Permanente para futuras consultas. Na sequência, foi dada a palavra à Presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, Desa. Willamara

Leila de Almeida para apresentar um vídeo sobre atividades do tribunal que preside, principalmente no quesito 'infra-estrutura', com a construção de fóruns, buscando otimizar a relação de custo-benefício das obras. No período de palavra franqueada, o Presidente do TJGO, Paulo Des. Paulo Antunes parabenizou a Presidente do TJTO pelos avanços conquistados. O Presidente do TJ do Espírito Santo, Des. Manoel Rabelo, falou da satisfação de participar do encontro e considerou que as discussões têm sido bastante objetivas e aproveitou para dizer que o TJES está passando por uma reorganização de sua estrutura, inclusive com a diminuição do número de cargos comissionados. O Presidente do TJ de Pernambuco, Des. José Fernandes de Lemos, sugeriu para a pauta do próximo Encontro de Presidentes, uma discussão sobre a Resolução recente do CNJ acerca de critérios para a construção de fóruns. O Presidente do TJRS, Des. Leo Lima, compartilhou com o Colégio que uma Ação de Inconstitucionalidade extirpou do ordenamento jurídico uma lei que permitia a alocação de verbas para investimentos, sem precisar solicitar recursos ao Poder Executivo. Leo Lima disse que o fato ocasionou a paralisação de obras de construção de fóruns e a aquisição de equipamentos de informática. Outro ponto colocado em destaque foi o crescimento de custos para os tribunais com as demandas criadas pelas inovações a exemplo de novos Juizados e ações como a ajuizada pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. O Des. Marcus Faver enfatizou a importância desse tema acrescentando que, entre outros pontos, a referida ação solicita a contribuição dos tribunais para os sindicatos, além da contribuição feita pelos servidores. Ele propôs compor uma comissão para avaliar o assunto, que poderá ter grande impacto nos orçamentos dos tribunais, principalmente no contexto da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foram debatidos ainda outros assuntos internos.

Ficou agendado o próximo encontro para o período de 12 a 14 de agosto de 2010 em Recife-PE, com a pauta de discussão sobre a contribuição sindical e a centralização de depósitos judiciais em conta única. O encontro seguinte ficou agendado para acontecer de 23 a 25 de

setembro deste ano em Santarém-PA. Em novembro, a previsão é de que o encontro aconteça no Estado do Tocantins, em data ainda a ser definida.

Assim foi deliberado, com sugestão de providências necessárias que se encontram firmadas na Carta de Belo Horizonte, que integra a Presente Ata junto com a lista de presenças.

Lavrada a presente Ata, que lida e colocada conforme, segue assinada, pelo Presidente, Des. Marcus Antônio de Souza Faver, pela Secretária ad hoc, Desa. Marilza Maynard Salgado de Carvalho, Presidentes dos Tribunais Estaduais e demais membros da Comissão Executiva, conforme assinaturas lançadas na Carta, assinada pelos Presidentes do Colégio e do TJMG.

Des. MARCUS ANTÔNIO DE SOUZA FAVER

Presidente da Comissão Executiva

Desa. MARILZA MAYNARD SALGADO DE CARVALHO

Secretária *ad hoc*